

## **AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**Ref. Edital de Licitação nº 030/2023 – COCEL**

**AUX CONTACT CENTER EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.254.135/0001-90, com sede na rua Santana, nº 5075, sala 03, centro, cidade de Santo Amaro da Imperatriz – SC, CEP 88140-000, por seu representante legal, vem com o devido respeito e merecido acatamento à presença de Vossa Senhoria, apresentar as suas **RAZÕES DE RECURSO** contra a classificação e habilitação da empresa Diferencial Serviços Terceirizados Ltda., nominada adiante apenas como ‘Diferencial Serviços’, o que faz nos termos adiante consignados.

### **I. DOS FATOS E DO DIREITO**

A Recorrente é uma empresa há muito constituída e em regular funcionamento, com atuação em inúmeros estados do país, possuindo como atividade econômica preponderante a prestação de serviços de teleatendimento (telemarketing).

Em termos de procedimentos licitatórios, a habilitação tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, a regularidade para com o fisco, o conhecimento técnico e a experiência com a atividade licitada.

O objetivo central é contextualizar as condições de que a empresa cumpra bem e fielmente o futuro contrato público.

A Recorrente analisou detidamente a documentação da empresa ‘Diferencial Serviços’, pelo que observou que esta nem de longe preencheu os pressupostos necessários exigidos no edital de licitação, para habilitação.

**A. Da ausência de comprovação da capacidade técnica**

Para fins de habilitação do licitante no caso concreto, deveria ser atendido o rol de pressupostos descritos no item 13.1.3 do edital, sob pena de inabilitação.

Consta:

“I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação.

II - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.”

E dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa ‘Diferencial Serviços’:

**Prefeitura Municipal de Ipiranga**

Contratação de profissionais, para serviços de recepcionista do hospital, sendo 04(quatro) profissionais para 40 horas semanais

Prestação de serviços técnicos de radiologia 40 horas semanais e sobre avisos finais de semana, sendo 02(dois) profissionais

Contratação de serviços profissionais de enfermagem, sendo 02(dois) profissionais para 156 horas mensais

Contratação de serviços profissionais de gerente de enfermagem, sendo 01(um) profissional para 40 horas semanais

Contratação de serviços profissionais e técnicos de enfermagem, sendo 12 (doze) profissional para 156 horas mensais

Prestação de serviços especializados de condutores de veículos/ambulância, sendo 05(cinco) profissionais habilitados/treinados para a função, treinados para suporte em atendimentos de socorros, com sobre avisos e plantões 24 horas disponíveis.

Antia Campolarguense de Energia - COCEL

CONFERE COM O ORIGINAL

a José Maria Tacuas, 194  
PJ: 78.895.934/0001-28  
Divisão de Logística e Compras

Fone: (42) 3.42-1360  
CEP: 84.150-000 - Ipiranga - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPIRANGA



Prestação de serviços de lavanderia hospitalar com um profissional, 44 horas semanais, sendo 1(um) profissional mês

Contratação de profissionais, para execução de serviços gerais: Limpeza e copa, sendo 3(três) profissionais

## Câmara Municipal de Balsa Nova

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME** - inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.898.125/0001-10, venceu o Pregão Presencial nº 002/2019 e teve seu contrato renovado pelo Aditivo Contratual nº 001, para **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA POSTOS DE TRABALHO DE LIMPEZA, COPEIRAGEM, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E TRABALHO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO NO PRÉDIO CÂMARA MUNICIPAL”**, tendo o prédio da Câmara uma área total de 1.073,84 m2, atendendo às determinações que lhe foram feitas, atendendo com as condições contratuais, normas técnicas e especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, com os prazos de vigência contratuais de: 06 de maio de 2019 a 04 de maio de 2020 e de 05 de maio de 2020 a 04 de maio de 2021, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho.

Note-se da documentação apresentada que a empresa ‘Diferencial Serviços’ não comprova a experiência na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, uma vez que os atestados dizem respeito a serviços de terceirização, como limpeza, recepcionista, dentre outros.

Não foi apresentado um único atestado de capacidade técnica comprovando a experiência em serviços de teleatendimento, que é a *expertise* buscada no certame. Leia-se do edital:

#### “4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de teleatendimento e atendimento presencial através de postos de atendimento (PAs), a serem executados impreterivelmente na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL, conforme indicado no Anexo I deste Edital.”

Não bastasse, veja do cartão CNPJ da empresa ‘Diferencial Serviços’ os CNAE’s apontados, dentre outros em páginas seguintes:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	
80.11-1-01	- Atividades de vigilância e segurança privada
81.30-3-00	- Atividades paisagísticas
33.13-9-99	- Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
33.14-7-07	- Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
42.21-9-03	- Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
43.21-5-00	- Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01	- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.30-4-04	- Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99	- Outras obras de acabamento da construção
82.11-3-00	- Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
43.13-4-00	- Obras de terraplenagem
41.20-4-00	- Construção de edifícios
43.99-1-04	- Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
42.11-1-01	- Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02	- Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00	- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.91-6-00	- Obras de fundações
42.21-9-01	- Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02	- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-04	- Construção de estações e redes de telecomunicações

Constam dezenas de serviços, mas nada consta sobre a atuação na seara de teleatendimentos. Não é diferente quando se verifica o contrato social da empresa.

Logo, parece claro que a empresa ‘Diferencial Serviços’ não comprovou sua capacidade técnica na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação.

Extrai-se dos Tribunais em casos como o presente:

“ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. DECISÃO ADMINISTRATIVA DE INABILITAÇÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. 1. Inviável a concessão de tutela antecipada para fins de considerar habilitada empresa licitante que não apresenta prova inequívoca de sua qualificação técnica para a execução do objeto licitado, de acordo com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. No caso, não demonstrou a agravante experiência em executar serviços de suporte a sistemas operacionais compatíveis com o exigido no certame. 2. Caso em que a licitante apresentou atestado de capacidade técnica, que descreve os serviços prestados em outra instituição, não constando, porém, a execução de atividades de suporte técnico a nenhum dos sistemas operacionais de que trata o edital. 3. Documento posteriormente oferecido, com o escopo de esclarecer e complementar o atestado anterior não pode ser considerado, visto que o objeto contratual nele descrito é totalmente distinto daquele anteriormente apresentado. 4. Cabe ao licitante apresentar os documentos exigidos no certame. Ademais, no caso, embora haja a Administração

exercido sua faculdade de promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório em prol da Agravante, o documento posteriormente por ela oferecido com essa finalidade (esclarecer e complementar o atestado anterior), mostrou-se inservível, por descrever o objeto contratual de forma contraditória com o atestado anteriormente oferecido. 5. Encontra-se suficientemente fundamentada a decisão administrativa que negou seguimento ao recurso interposto contra o resultado do pregão presencial, pois nela foram enfrentados todos os argumentos da empresa agravante, adotando, ainda, extenso e abrangente parecer da área técnica da Caixa Econômica Federal. 6. Agravo interno a que se nega provimento. Veja também: RESP 361.736, STJ RMS 17.658, STJ REO 2000.39.00.014249-8, TRF1”. (TRF1 - AGTAG 31189 DF 2008.01.00.031189-1. Quinta Turma)

Nesta senda, impugna-se a habilitação da vencedora do certame.

## **B. Da ausência de comprovação da capacidade financeira**

Veja da certidão simplificada e do cartão CNPJ, que a empresa é constituída como ‘Microempresa’:

<b>Capital Social</b> R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) <b>Capital Integralizado</b> R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)	<b>Porte</b> ME (Microempresa)	<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado
<b>NUMERO DE INSCRIÇÃO</b> 16.898.125/0001-10 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 04/09/2012
<b>NOME EMPRESARIAL</b> DIFERENCIAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> DIFERENCIAL SERVICOS TERCEIRIZADOS		<b>PORTE</b> ME

E do balanço apresentado:

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 3.764.445,64	R\$ 4.789.935,03
RECEITA COM PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 3.764.445,64	R\$ 4.789.935,03

Ocorre que a Microempresa (ME) é a classificação de empresas que faturam até R\$ 360.000,00 por ano e contratam até 9 pessoas no comércio e serviços ou até 19 pessoas no setor industrial<sup>1</sup>.

Logo, a empresa ‘Diferencial Serviços’ deveria ser classificada e estar constituída como ‘pequena empresa’, para a qual o faturamento anual poderá alcançar até R\$ 4.800.000,00<sup>2</sup>. Mais do que isso, o faturamento atual da empresa ‘Diferencial Serviços’ já alcança quase o limite de faturamento para uma empresa de pequeno porte.

E quando se analisa os atestados de capacidade técnica apresentados, constata-se que o número de pessoas contratadas pela empresa igualmente ultrapassa o limite estabelecido na legislação.

Logo, gera demasiado estranhamento o contexto declinado alhures, a recair em clara insegurança jurídica na contratação de referida empresa. O que justifica manter um enquadramento (registro), de forma indevida, mesmo defronte a faturamento quase 15 vezes superior ao limite estabelecido.

### C. Da inexecuibilidade da proposta apresentada

<sup>1</sup> [https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#:~:text=Microempresa%20\(ME\)%20é%20a%20classificação,geração%20de%20emprego%20e%20renda.](https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#:~:text=Microempresa%20(ME)%20é%20a%20classificação,geração%20de%20emprego%20e%20renda.)

<sup>2</sup> [https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#:~:text=Microempresa%20\(ME\)%20é%20a%20classificação,geração%20de%20emprego%20e%20renda.](https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/micro-e-pequena-empresa/#:~:text=Microempresa%20(ME)%20é%20a%20classificação,geração%20de%20emprego%20e%20renda.)

No ponto, é patente a inexecutabilidade da proposta apresentada, extremamente baixa, se considerados os serviços a serem prestados. A Recorrida indicou em sua planilha a alíquota de ISS como sendo de 03%, **de modo injustificado e desconhecido**.

A Recorrida deve justificar como alcançou o percentual indicado, já que não guarda correlação com os termos da atividade a ser executada.

A Recorrida também apresentou cotação de valores relacionados ao treinamento, que é item que não deve ser indicado em planilha, conforme acórdão 592/2010 – TCU – Plenário e Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário.

Os valores impugnados devem ser extraídos da planilha e não podem ser realocados, a minorar o valor do posto de atendimento.

Por outro lado, o serviço licitado é prestado de segunda a sábado. Isso quer dizer que para a cotação, serão considerados 26 dias trabalhados por mês.

Ocorre que a Recorrida - ‘Diferencial Serviços’, utilizou em seus cálculos **apenas 22 dias mês**.

E o cálculo errôneo redundará também nos reflexos e proporcionalmente pagamentos de adicional noturno, no vale transporte e no vale alimentação.

O que parece claro é que a Recorrida não comprova a executabilidade de sua proposta, arremessando valores e índices genéricos em sua planilha, que não condizem com a realidade e com os serviços licitados, a recair na



insegurança dos serviços a serem prestados em caso de adjudicação do certame.

#### **D. Da enumeração de páginas**

Assim consta no edital:

“12.1. a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do CNPJ, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;”

A empresa Recorrida não enumerou as páginas de sua proposta, como exige o edital do certame.

Se o ponto, por si só, não é suficiente para a inabilitação da empresa ‘Diferencial Serviços’, a sua análise em conjunto com os demais pontos, comprovam a inaptidão, inexperiência e amadorismo da Recorrida.

#### **E. Minoração da proposta da empresa Recorrente**

A Recorrente esclarecer que com a inabilitação da empresa ‘Diferencial Serviços’, **poderá também renegociar a sua proposta, como autorizado pela legislação, de forma a reduzir**, para atender o interesse público e a busca pela proposta mais vantajosa.

## **II. DO PEDIDO**

Ante o exposto e preenchidos os requisitos legais, requer a Vossa Senhoria o recebimento do presente recurso, para ver processado e julgado pela Autoridade Superior, com o exercício do juízo de mérito e de retratação, reformando-se a decisão aqui acatada para fins de inabilitar a empresa **‘Diferencial Serviços’**.

Caso não acolhido o reclamo, a íntegra do presente deverá ser submetida à Autoridade Superior, bem como à Procuradoria Jurídica, para devido parecer.

**A Recorrente reserva-se no direito de apresentar as razões do presente reclamo à análise do Tribunal de Contas do Estado, bem como levar à apreciação do Poder Judiciário em momento oportuno, caso necessário.**

**PEDE DEFERIMENTO.**

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 09 de julho de 2023

**AUX CONTACT CENTER EIRELI**